

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamará Cassamá

ANO XXIII - N.º 1632

Preço: 300 F CFA

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 26 - Bissau

Análise

Ponto de mira

Pág. 2

O leitor,
Nô Pintcha e Notícia

Droga e prostituição juvenil

“Tenho fumado yamba

há mais 20 anos”

- revelou um jovem

Página 9

Desrespeito do acordo
Governo-Sinaprof

Poderá inviabilizar
início das aulas



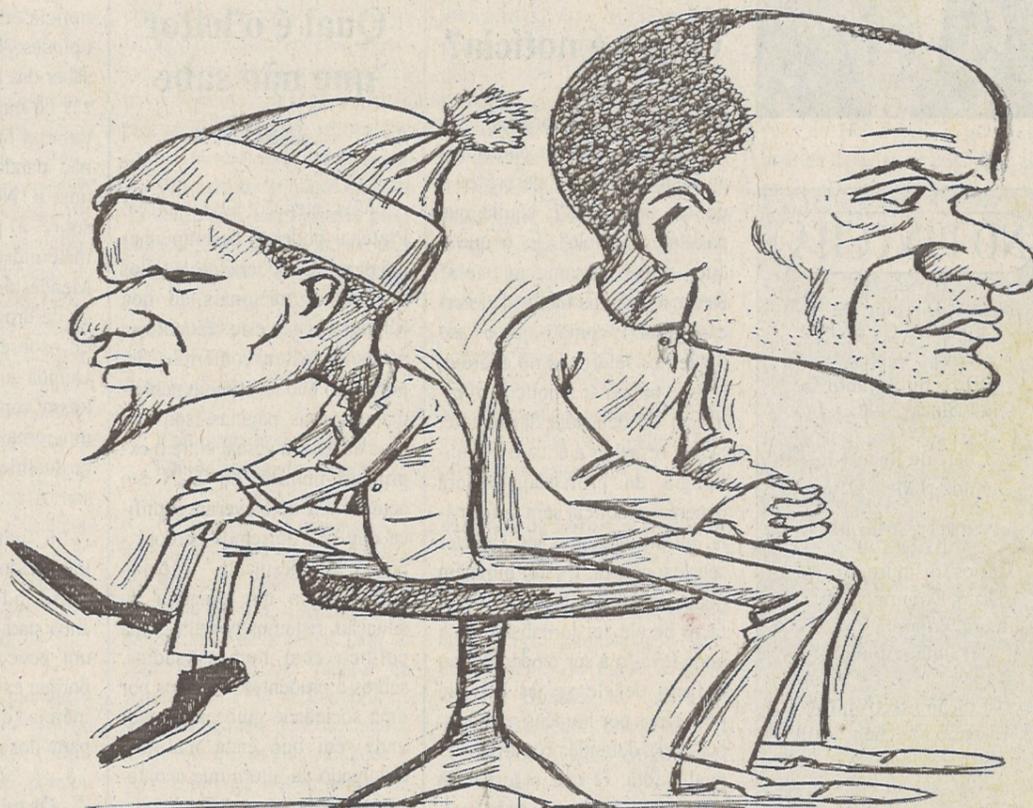
A abertura solene do ano lectivo 2000-2001 só será possível, se o Governo cumprir as cláusulas de acordo que assinou com o Sinaprof em 14 de Setembro último. Esta advertência foi feita recentemente pelo novo líder do sindicato dos professores.

Página 12

Conferência sobre a Paz, Desenvolvimento e Direitos Humanos

“Reconciliação com justiça, sem vingança”

Choque de ideias



“**S**omos democratas e defendemos a justiça. Mas, convém saber que foi a falta da justiça que esteve na origem da guerra que o país conheceu em 1998-99. Durante o meu mandato, vou ser muito intransigente com os que agem à solta e injustamente, sem respeitarem as regras democráticas”... “Nós apostamos na democracia, mas uma democracia dentro das regras aceites no jogo democrático... E não vamos admitir mais nada. Ou vivemos juntos, ou acabamos todos”.

“**N**ós compreendemos e admiramos os esforços incansáveis... por uma reconciliação séria, com justiça, mas sem vingança.... Alguns dirão que é do domínio de sonho. Você estará de acordo connosco para dizer, que, se se tratar de um sonho, o mesmo é muito lindo para pensarmos em despertar. Mas, se se tratar de uma realidade visível no horizonte, você estará também de acordo connosco para dizer que é muito lindo para nos deitarmos a dormir.

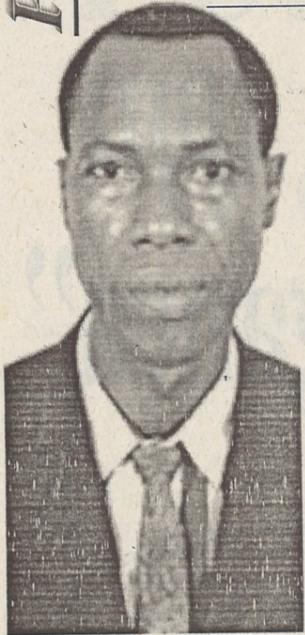
Páginas 6, 7 e 8

Ponto de mira

O leitor, Nô Pintcha e Notícia

Prezado leitor, as duas edições do semanário Nô Pintcha publicadas nas duas últimas semanas não venderam. Oitenta por cento de cada uma delas voltou à casa. Os ardinás que saíram à rua vendendo os jornais, disseram que os leitores se amuaram connosco pelo facto de não termos feito eco sobre o diferendo que opõe Fadul à Intchama.

□ Enfamará Cassamá



Nós respeitamos a sua opinião, é certo. Mas, a preferência, cada um tem a sua. Porque, nem sempre o bem de Malam o é também para N'Solna. O leitor, ao segredar-nos a sua preferência em termos do tratamento dos factos, não fez mais do que colocar o Nô Pintcha perante um desafio sério: o de decidir optar, ou pela notícia, ou pelo sensacional de um facto. Mas...

O que é notícia?

Para sermos breves, nos Estados Unidos, um conhecido apresentador da TV descreveu a notícia dizendo: "É aquilo que passamos na tela". E, o que é que eles passam na tela? Resposta: são os factos de interesse geral. É como o que o caso a que nos referimos no exórdio. Mas, a trabalhar a notícia, o jornalista vai depender da sua arte. Se ele respeitar a ética e a deontologia da profissão, poderá penear a notícia sem deformá-la, ou privilegiar o seu carácter sensacionalista. E isto, ninguém pode impedi-lo de fazer. Só o facto de ele ser jornalista é que pode levá-lo a ser moderado, ou o facto de ele se ter deixado prosternar por homens políticos, ou, o de defender o partido no qual milita. O que o jornalista deve procurar evitar, para melhor servir o seu público atento e

socialmente formado, é de ser jogado como um tiro contra um certo alvo. Não dignifica a classe. Aliás, esta é a luta que envolve a minoria não partidária dos jornalistas de hoje, contra os fazedores da política. Estes homens, que, por ignorarem o valor social e democratizador que pode jogar a imprensa, se recorrem à ela só quando atravessarem períodos de aflições, ou quando quiserem lesar alguém vingando. Mas, a imprensa não é uma luva de aço que o infractor ou agressor usá para fazer-se passar despercebido...

Qual é o leitor que não sabe isso?

Mas, atenção! O Jornal Nô Pintcha poderia desempenhar um papel de moderador de todos os debates nacionais de boa finalidade, se este estatuto e meios lhe fossem conferidos. Se, por acaso não inseriu em nenhuma das suas páginas, sons ou ecos da guerra verbal entre o ex-primeiro-ministro do GUN e o actual chefe do Governo, significa que nós quisemos perdoar - pura e simplesmente - o peido mal-cheiroso que emanou da situação. Estamos por um clima político com homens sadios, sábios e prudentes. Estamos por uma sociedade guineense renovada, em que cada mal não divulgado na altura que aconteceu, e, que só agora vier à tona, se dê um tratamento devido,

com palavras sábias e não melindrosas. É que, por mais afiada que fôr a agulha e dura a linha, a fazenda tornou-se já em trapo fedento a cobrir o tão magro corpo da Guiné-Bissau que Amílcar Cabral sonhara forte e sadio. Se a passada é, em certa medida, um mézinho que pode curar, neste momento, a dose é vã e impotente perante a febre de que todos sofrem.

Desaprovamos a idéia dos leitores inatentos, que querem ver o Nô Pintcha a empreender a via do sensacionalismo. Esses que hesitam tanto em colher uma notícia de um conjunto de opiniões. Esses que preferiram saber das forças de um e fraquezas do outro, as capacidades de um e as incapacidades do outro, não dando atenção às notícias que o Nô Pintcha publicava sobre a precária situação na maternidade do hospital Simão Mendes de Bissau, sobre o tráfico de drogas no sector de Buba ou sobre a conferência da Uemoa que decorria na altura na nossa capital. O Nô Pintcha é um jornal de desenvolvimento, no sentido real da palavra.

É um jornal formador e informador, aberto a todos as sensibilidades. Se de alguns anos para esta data ele perdeu um pouco esta postura, não é porque existe um certo clima de inércia e desfalecimento por parte dos seus empregados.

Os números que temos editados de Abril para cá, são a

prova desta tese. Convidamos o Governo, os Organismos internacionais de desenvolvimento, Embaixadores de países amigos, as ONG's e os actores económicos que operam no país a passarem por cá. Mostrar-lhes-emos a Casa, as armas enferrujadas, empregados desnutridos e sem arma para poderem ir morrer na linha de frente. Isto é que é o Nô Pintcha de hoje.

O país precisa de inteligências

O momento é de idéias inovadoras para que a Guiné avance para a frente. O que exige o concurso de todos os intelectos por forma a que a Comunidade Internacional seja convencida da nossa sinceridade e pragmatismo, para que tenha a solidariedade humana de desbloquear o que prometeu ao país no âmbito do fórum de Génèbra.

É verdade, sim, que o coração do desenvolvimento ainda não está a pulsar como toda a gente quer. Mas, um Governo que não tem dinheiro pode inovar pouca coisa. Um país sem medidas inovadoras, não pode avançar. E quando não se avança, retrograda-se. Isto é, empobrece-se cada vez mais.

Esta é, em parte, a causa dos males que imperam hoje no país, com o aumento de famílias desnutridas, crianças e mulheres vendedeiras, a corrupção, as drogas, a criminalidade, as doenças...

É assim que, sem pretendermos influenciar as preferências e gostos do leitor atento, o Jornal Nô Pintcha, com base no respeito do homem, da justiça e da legalidade, achou, por bem da sua conduta, não inserir nas suas páginas o "kontan nunde ki bu sai, nta kontau ku kal lenha ki bu ta kenta ku él". A idéia não é nossa. É do Leopold Sédar Senghor.

NÔ PINTCHA

Director
Enfamará Cassamá

Director adjunto
Simão Abina

Chefe de Redacção
Domingos Meta Camará

Redacção
Carlos Casimiro, Adulai Djaló, Domingos Meta Camará, Enfamará Cassamá e Simão Abina

Edição Electrónica
Anselmo Matche e Mário Oscar

Fotografia
Mário Joaquim Gomes, Manuel da Costa e Pedro Fernandes

Secretaria de Redacção
Ivete Monteiro e Ângela Reis

Administração e Finanças
Inácio Correia, Edmundo Piedade, Amâncio Tepam-é, N'Gona Mané e Ansumane Turé

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: INACEP

= ANÚNCIO =

Pelo Juíz de Direito desta Secção de Família e Trabalho do Tribunal Regional de Bissau na acção com Processo de Investigação de Paternidade pendente nesta Secção, movida pela Autora ANTONIETA PEREIRA, solteira, maior, doméstica, residente em Bissau contra os incertos parentes de Francisco Pereira, são estes citados, para contestarem, apresentando a sua defesa no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a Dilação de QUINZE DIAS, contada da data da segunda e ultima publicação deste anúncio sob a cominação de serem condenados no pedido que a Autora deduz naquele Processo e que consiste em a presente acção ser Julgada procedente, reconhecendo-se a paternidade de FRANCISCO PEREIRA, para todos os efeitos legais.

Secção de Família e Trabalho do Tribunal de Bissau, aos vinte e cinco dias do mês de Outubro de dois mil.

O Juíz de Direito
Dr. Rui Aniceto Cunha

O Escrivão de Direito
Sr. Salvador Martinho Na Infade

Centro Materno Infantil

Grupos de mães denunciam enfermeiras "cruas"

A assistência no Centro Materno Infantil de Bissau, não é uma das melhores. Nos últimos tempos, o Jornal "Nô Pintcha", avistou-se com um grupo de mulheres descontentes com o funcionamento actual deste estabelecimento hospitalar, decididamente quebraram o silêncio e denunciaram tudo o que passa nessa instituição e falaram ao nosso repórter do mau comportamento das enfermeiras deste centro.

Segundo o grupo, esta nova equipa de enfermeiras se comportam nesse estabelecimento como se fossem elas seus donos e senhores, apesar de ser uma propriedade do Estado. É que elas não pensam que um dia poderão voltar para casa por acidentes de vida, devido o mau humor, falta de consideração, escarros, exibição pomposa, entre outras manifestações de jactância.

"Antigamente não era assim. Tuido era diferente de o que fazem agora. Além de mais, elas chegam ao trabalho depois das horas e saem quando quierem, sem satisfazerem as preocupações das pessoas que vêm consultar suas crianças doentes", disse o grupo.

E, ainda, as mães que tiveram a sorte de ser chamadas para consultarem seus filhos, não escapam os insultos de toda a natureza. "Porque essas enfermeiras pensam que vão ter a idade da pedra, permanecendo eternamente neste local", zombou o grupo.



A longa espera que provoca frustração

O grupo recorda, ainda que centro funcionava como uma escola, porque instruíam as mulheres a forma como deviam tratar as crianças, dando explicações sobre a dieta alimentar para as crianças, os meninos eram pesados e era-lhe dado alguns medicamentos.

Mas, neste momento, tudo é contrário: cobram 150 francos cfa por vacina a cada criança, 1000 ou 1500 francos cfa por cartão, alegam que são muitas, contrariamente de o que tem sido proclamado nos órgãos de comunicação social, de que estas vacinas não são pagas, mas sim

é uma luta para a erradicação das doenças fatais, como a poliomielite.

Os aparelhos de ventilação continuam em bom estado, mas não permitem que estes funcionem. Dizem que ali não é a casa de ninguém para gozar com tudo quanto quier, explicou o

mesmo grupo.

Falando do respeito de acordo com a hora de chegada, o grupo acrescentou que as chamadas para o atendimento são feitas com base no conhecimento elas têm com as pessoas, ou, ainda, as que possuem um certo poder económico e grande gabarito "kil djintons di kosta largu".

Cada mulher, além das fraldas ela é obrigada a levar muitos retalhos, em caso das crianças urinarem, vomitarem ou defecarem, a mãe, de imediato, terá obrigatoriamente de limpar tudo como pode, apesar de haver serventes, as quais, pela má fé, até escondem os seus panos de limpeza, disseram.

Baseado nestas preocupações, o grupo apelou a intervenção do Governo o mais breve possível, através do Ministério de Saúde, para pôr cobro a esta situação e encontrar outro método que permita com que o Centro Materno Infantil possa voltar a sua idade de ouro.

Mama Saliu Sané

Luta contra o vírus mortífero de ébola

Novo motivo de satisfação na luta contra o vírus de ébola, no Uganda. Antes de ontem, a Organização Mundial de Saúde anunciou que a epidemia seria sem dúvida dominada dentro dos três próximos meses.

A este sinal de esperança se acresce o anúncio ontem de várias pessoas que puderam sobreviver à doença. Cinquenta e sete pessoas saíram curadas de dois hospitais da região de Gourou, norte do país, a mais atingida pela epidemia. Existem explicações para essa situação: primeiro, os diagnósticos foram

precoces, e, de seguida, a natureza deste novo vírus é menos virulento do que o da grande epidemia de 1995 no ex-Zaire.

Segundo o correspondente da RFI, em Campala, após ter contado essencialmente as vítimas do vírus de ébola, mais de 63, neste momento, começa-se agora a ser contadas também as pessoas que conseguem vencer

milagrosamente este vírus. Com efeito, enquanto o vírus de ébola era considerado mortal em mais de 70 por cento dos casos, 57 pessoas atingidas pelo mesmo vírus saíram curadas de dois hospitais do norte do Uganda após terem sido submetidas a simples tratamentos com medicamentos utilizados na cura da febre e diarreia. Sessenta e três outras continuam nesses

dois hospitais, mas estão entre vida e a morte.

As autoridades médicas do Uganda atribuem de um lado, a estas novas curas ao carácter menos matador do actual vírus que se declarou naquele país desde há dez anos, a começar do ex-Zaire e, doutro lado, a rapidez no processo de despistagem.

Mesmo com isso, o combate contra esta nova epidemia ainda

não está ganho. Outras pessoas afectadas pelo vírus chegam diariamente nos hospitais de Gourou.

Segundo o director do departamento das doenças transmissíveis da OMS, será ainda preciso de, pelos menos, mês e meio para que se possa ter a certeza que a epidemia está dominada.

A dar seguimento ao processo de recenseamento dos ex-combatentes

Iancuba N'Djai visita interior do país

No quadro do Programa de Desmobilização, Reinserção e Reintegração dos ex-Combatentes, PDRRI, está a decorrer, em todo o território nacional, o recenseamento dos ex-Combatentes. O processo iniciado há 9 do mês findo entrou na sua última semana de trabalho, e, termina no próximo dia 9 do corrente. São, no total, 30 dias que o PDRRI programou para obter o número exacto e credível de combatentes que o país tem.

□ Adulai Djaló

Para o efeito, os recenseadores preenchem três modelos de fichas listadas por ordem alfabética A, B e C. A primeira tem como grupo alvo os Combatentes da Liberdade da Pátria, que são militares e para-militares no activo; a segunda, os antigos Combatentes da Liberdade da Pátria e, a última, abrange os combatentes do antigo exército colonial português, os civis que aderiram à ex-Junta Militar, os "anguentas" e outros tipos de combatentes.

Cada inquerido está sujeito a responder a mais de oitenta questões constantes das referidas fichas de recenseamento. O processo, além de moroso, é um pouco complicado, tendo em conta a realidade do país, ou seja, muitos desses combatentes não falam crioulo, e, para se recensearem, necessitam de intérpretes. E isso, como é óbvio, leva mais tempo que, em muitos casos, ultrapassa o tempo médio de 15 minutos estimado pelo PDRRI por cada recenseado.

Neste âmbito, o ministro da Solidariedade Social, Reinserção dos Combatentes e Luta contra a Pobreza, terminou, nos últimos dias de Outubro, uma visita de cinco dias ao interior do país para se inteirar "in loco" do processo em todas as unidades de recenseamento do norte, leste e sul.

Nessa sua digressão, Iancuba N'Djai fazia-se acompanhar de uma delegação que integrava, além do coordenador nacional do PDRRI, Pedro Correia e do presidente da Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria, Mário Mendes, os representantes dos Ministérios da Defesa Nacional e da Administração Interna, respectivamente, o Major Leonardo de Carvalho e o comandante Bitchofla Na Fafé que é o Comissário Geral da POP.

No percurso, em cada unidade de recenseamento visitado, o ministro levantava algumas preocupações ligadas aos aspectos políticos, fazendo perguntas tanto aos verificadores, supervisor e até aos próprios recenseadores, sobre o andamento do processo, e, no fim, deixava uma recomendação: "todo o combatente, independentemente do tipo de conflito ou lado por que

combateu, deve ser recenseado até dia 9 de Novembro".

Outro aspecto que registamos durante essa visita tem a ver com o sentimento e a preocupação do ministro em relação aos combatentes já idosos e mutilados que residem em zonas distantes das unidades do recenseamento à ponto de ter que dar instruções à equipa técnica do PDRRI a fazer deslocar às mesas com menor afluência a irem ao encontro desses camaradas à fim de recenseá-los.

Enquanto isso, o coordenador do PDRRI, acompanhado do seu conselheiro técnico, preocupava-se dos aspectos técnicos de recenseamento, onde os casos eram menos relevantes. Aliás, foi notado apenas alguns casos pontuais ligados aos aspectos de ordem processual, ou seja existem muitos combatentes da lista C que não têm documentos necessários e, no acto do recenseamento, exibem recibos da Função pública, passados aquando do recenseamento dos servidores do antigo exército colonial português realizado pelo Governo de Unidade Nacional. Mas, a situação foi resolvida na base de instruções dadas aos verificadores, supervisores e recenseadores.

Quanto a afluência às listas, verificou-se que no norte, os sectores de Ingoré e Canchungo, a lista C tem maior afluência, contra Bissorã e mansabá, onde se notou mais afluência à lista B. Este último sector, que abrange as secções de Morés e Cutia, foi considerado o bastião dos antigos combatentes da liberdade da pátria.

No leste, Bafatá e Gabú, a lista C tem maior afluência, enquanto no Sul, com a excepção do sector de Quebo, a lista B é mais concorrida. De destacar que os sectores de Catió, Bedanda, Cacine, entre outros, foram as primeiras zonas libertadas durante a luta de libertação nacional e, nessas localidades presume-se que todo o indivíduo com 40 anos de idade é combatente da liberdade da pátria.

O recenseamento tem muita afluência

No passado dia 6 de Outubro, o penúltimo dia da sua visita ao interior do país, o ministro da Solidariedade Social, Reinserção dos Combatentes e Luta contra pobre-



Ministro Iancuba N'Djai

za encontrou-se, em Buba, com o Chefe Estado Maior General das FA, o Tenente-Coronel Veríssimo Correia Seabra, que, segundo disse, foi ao encontro de Iancuba N'Djai porque entendeu que era necessário a participação activa das chefias militares neste processo como forma de solidarizar com esse Ministério e também sensibilizar os combatentes de maior idade para que entendam bem que existe toda a necessidade de serem desmobilizados.

No fim, Iancuba N'Djai falou à imprensa em jeito de balanço de quatro dias de visita ao interior e disse: "antes de mais, quero registar com satisfação o encontro que mantive com o CEMG das FA, gesto que indica que estamos a cooperar muito bem com as chefias militares, no sentido de, em conjunto, podermos recensear todos os ex-combatentes, incluindo combatentes da liberdade da pátria no activo.

Quanto ao balanço da nossa visita, adiantou ele, posso dizer que foi positivo, porque, pelo que observamos no terreno, houve uma grande afluência, tanto no Leste, Norte e uma parte do Sul, onde registamos com muita satisfação a afluência de combatentes de todo o tipo, incluindo os combatentes da liberdade da pátria.

Esse comportamento, conti-

nuou esse responsável, leva-nos, se fôr o caso, a alargar dias de recenseamento, embora, de acordo com a avaliação que fizemos, penso que a situação está bastante controlada. E, nesse contexto, a única instrução que demos é de mudar um recenseador de zona de fraca afluência para zona de maior afluência.

À terminar, o ministro rendeu homenagem aos combatentes que, segundo ele, aceitaram marchar por dezenas de quilómetros para virem recensear-se, coisa que Iancuba N'Djai lamentou bastante mas, "é assim a luta", disse.

"Por outro lado, rendo homenagem aos verificadores que são combatentes da liberdade da pátria que deixaram as suas casas e famílias e estão a prestar um bom trabalho em todas as unidades de recenseamento por onde visitamos", disse o ministro, acrescentando que "registamos também com satisfação o trabalho técnico dos nossos recenseadores, embora outros com um ritmo um pouco lento, mas já demos instruções e todos estão a trabalhar com apego. Pois, a ideia que temos é que até dia 9 de Novembro, seremos capazes de concluir os trabalhos".

Objectivos geral e específico do recenseamento

Segundo Iancuba N'Djai, o objectivo geral desse recenseamento é o de, a partir de dados concretos, podermos melhorar a vida dos combatentes, em geral, e dos combatentes da liberdade da pátria, em particular. "Porque tendo os dados exactos, nós, como Ministério da tutela, poderemos avançar com uma proposta concreta ao Governo no que diz respeito à melhoria da vida dos nossos combatentes. E, se não dispormos desses dados não podermos praticamente fazer nada.

Especificamente, continuou o nosso interlocutor, queremos com esse recenseamento fazer uma fotografia de combatentes que o país tem. Relativamente aos combatentes da liberdade da pátria, vamos ter um programa que garanta a sua reinserção e reintegração na vida económica e social.

"Em relação aos combatentes do antigo exército colonial português, estamos em negociações avançadas com Portugal, no senti-

do de o governo português, na base de acordos que rubricou com o PAIGC, em 1974, na Argélia, cumpra o que havia assumido, garantindo a reinserção e reintegração desses servidores do antigo exército colonial. É isso que estamos a fazer no sentido de contribuímos para a reintegração de combatentes do país inteiro e não só estender a mão e receber o dinheiro, porque existe um programa que vai garantir a utilização racional e eficiente dos meios que o governo português vai disponibilizar", esclareceu Iancuba N'Djai.

O combatente é vulnerável mas não é pobre

Instado a responder uma pergunta segundo a qual se esse recenseamento significa a primeira etapa de luta contra a pobreza, Iancuba N'Djai disse que é bom que se destinga que o combatente é vulnerável, mas não é pobre. E, essa vulnerabilidade está ligada à idade que eles têm e por outro lado, existem combatentes mutilados.

Portanto, prosseguiu, a noção de pobreza e combatente é diferente. O nosso programa garante condições de vida de uma reinserção e reintegração de combatentes que não são pobres mas vulneráveis por razões acima referidas.

Entretanto, para Iancuba N'Djai, a luta contra a pobreza é a grande tarefa do seu Ministério. Este grande projecto não vai ser executado sem que seja feito um estudo prévio, determinando a percepção de camponeses dos diferentes grupos étnicos relativamente à pobreza, ou seja qual é a compreensão, por exemplo, de um camponês fula relativamente a pobreza para poder elevar o nível de vida desse camponês.

No fundo, esclareceu o ministro, a ideia é, em conjunto, e, baseando em métodos participativos, permitir que os camponeses, independentemente do grupo étnico, se pronunciem sobre o que entendem por pobreza e, nós vamos trabalhar em função da ideia que tal camponês tem do conceito pobreza, evitando ao máximo traçar, nos gabinetes, programas de luta contra a pobreza que, como a experiência já nos mostrou, foram mal sucedidos.

2ª Conferência Nacional de Quadros

PCD Quer consenso nacional para o desenvolvimento do país

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, INEP, foi palco, de 27 à 28 de Outubro findo, de uma conferência para os quadros guineenses. O evento que foi patrocinado pelo Partido da Convergência Democrática, PCD, teve como objectivo principal, a análise da situação actual da democracia e do desenvolvimento do país. O que permitiu juntar ali muitos quadros nacionais dos diferentes sectores do saber.

Encontrar os mecanismos que possam conduzir a um consenso nacional e não só, como também a busca de um rumo certo para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, são outros dos objectivos do evento.

Apesar de haver um poder constitucional no país, saído

dás últimas eleições, o PCD considera que a sua marcha não é assim das piores, mas está a caminhar de uma forma lenta, mas segura em todos domínios da vida nacional.

Nesta perspectiva, entendeu essa formação política da oposição ser necessário organizar o presente encontro-debate por um período de dois dias,

onde cada trabalho sobre a vida da nação, foi devidamente discutido pelos quadros participantes. É sinal, segundo eles, de que, mesmo estando fora do Governo de coligação PRS/RGB de base alargada, se pode fazer alguma coisa de bom para este país.

Dos temas apresentados, há que se destacar os seguintes:

- A diferenciação ideológi-

ca e programática dos partidos guineenses;

- Estratégia do desenvolvimento sócio-económico do país;

- A administração pública e a reforma do Estado e a Boa Governação. Outras questões tratadas têm a ver com a Organização do aparelho produtivo, políticas sectoriais e macro-económicas, bem como

a promoção de infraestruturas como condição *sine qua non* ao desenvolvimento.

Ainda, no âmbito do encontro, os quadros nacionais abordaram também o assunto da política sobre o sector social e sobre a política da defesa nacional, o Estado de direito e a segurança do cidadão.

“Não há democracia sem democratas convictos”

- Defende Victor Mandinga

“Não há democracia, sem democratas convictos”. Esta ideia foi manifestada pelo líder do Partido da Convergência Democrática, PCD, Victor Mandinga, no decorrer dos trabalhos da segunda conferência nacional dos quadros, no anfiteatro do INEP, em Bissau.

Mandinga falava aos participantes sobre os motivos que levaram à realização destas duas jornadas de debates e de reflexão quanto as vias que o país deve percorrer para sair do caos em que está submerso agora. À este respeito, afirmou que “cabe à nossa elite nacional o papel de assumir a responsabilidade de dar um rumo certo ao país, exercendo a sua influência ideológica, política, cultural económica e religiosa sobre os demais membros da sociedade guineense.

Para o presidente do PCD, deve-se entender da expressão - elite nacional - um grupo não

homogéneo de pessoas oriundas de diversas classes sociais, que têm em comum, o projecto de construção de uma Nação próspera, democrática, coesa, solidária e onde a lei impere.

A fundamentar a sua tese, ele adiantou que existem quatro vectores de acção política, que devem ser orientados harmoniosa e interactivamente, por forma a gerarem o arranque do país. Para tal, devem passar, necessariamente, por uma Governação despartidarizada e competente, prestando regularmente contas da sua praxis administrativa aos mecanismos institucionais de supervisão e controle - ANP, Tribunal de Contas, Inspecção Superior contra a Corrupção, Imprensa livre. “Um controlo institucional plenamente exercido, é melhor do que a confiança política ou social”, sublinhou ele.

Outro vector apontado por Victor Mdinga é o da Luta contra a Pobreza, entendida como um conjunto de acções energéticas, radicais e ousadas, com vista o melhoramento qualitativo e quantitativo do perfil dos investimentos nos sectores



sociais, tais que, a educação, saúde, grupos sociais mais desfavorecidos, água, energia, saneamento básico e preservação do meio ambiente.

A grande aposta, para o desenvolvimento efectivo do país, segundo ele, é a consolidação da economia, a ampliação e diversificação da classe empresarial, abrangendo as áreas agrícola, industrial e de serviços competentes face a integração sub-regional e a globalização.

“Somos uma economia periférica, extravertida e dependente da caridade internacional e do mercado mundial”, apontou Victor Mandinga.

Nesse sentido, acrescentou que o mercado nacional não está organizado na lógica de um mercado de concorrência perfei-

ta, como, ideologicamente, muitos dos nossos parceiros pretendem convencer-nos. Porque estamos subordinados a um mercado, onde impera a lógica dos cartéis, dos oligopólios, de fusões verticais e horizontais, onde os preços não são fixados pelo mecanismo da oferta e da procura, mas sim pelas estratégias comerciais das empresas dominantes.

Por isso evocou a razão de todos participarem no processo de globalização como agentes globalizadores e não como agentes que passivamente são globalizados e marginalizados.

Nesta perspectiva, sustentou ser urgente uma estratégia nacional para desenvolver a economia de mercado liberal, assente em acções promotoras da coesão e solidariedade social, premiando e apoiando a iniciativa individual, sem deixar de internalizar, autocentrar e socializar parcialmente os lucros gerados pela iniciativa privada.

A quarta e última razão focada por Nado Mandiga, reverte-se na roptura com os preconceitos culturais adversos ao desenvolvimento e a efectiva assumpção de uma cultura

enraizada no respeito dos direitos e liberdades do cidadão, os quais constituem articuladamente, o vector determinante para o take off do nosso país.

“Não há democracia, sem democratas convictos”, sublinhou ele, para acrescentar que, as diferenças étnicas, culturais, religiosas, de sexo, de grau de conhecimentos científicos, de origem social e de riqueza, devem e deverão merecer um frontal e desdramatizado debate nacional não partidarizado, por forma a pôr cobro às posturas demagógicas e inibidoras do desenvolvimento.

Já no fim de seu discurso, o líder do Partido da Convergência Democrática, disse que o respeito e a tolerância pela diferença ideológica e política, mesmo tratando-se de memórias políticas, e a resolução dos conflitos políticos e sociais, através dos mecanismos legais, constituem parâmetros, que sendo ultrapassados, conduzem ao arbitrário, à prepotência, a desarticulação do nosso tecido social e a conflitualidade estéril e permanente entre os guineenses.

Amarante Sampa e Onélia Alves

Conferência sobre a Paz, Desenvolvimento e Direitos Humanos

“Reconciliação com justiça, sem vingança”

- disse Nana - Sinkam

□ Enfamará Cassamá

A grande família do sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau, que engloba o PNUD, OMS, HCR, ONUGBIS, UNICEF, FAO, FNUAP UNESCO e PAM, reuniu-se de 24 a 28 de Outubro no Hotel-Bissau, para celebrar o 24 de Outubro, Dia desta Organização mundial.

Na cerimónia oficial de abertura a que presidiu o chefe de Estado, Koumba Yalá, lado a lado do presidente da ANP, Jorge Malú, do Primeiro-ministro, Caetano Intchama, do presidente do STJ, Emiliano Nosolini e do representante especial de Kofi Annan, no país. A senhora Diarra Ndoure, da ONUBIS, falou da ONU. Eis o que ela disse, resumindo:

“A expressão Nações Unidas é devida ao presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt. Surgiu pela primeira vez na Declaração da ONU do primeiro de Janeiro de 1942, através dela representantes de 26 países tomavam a decisão de unirem-se con-

tra as potências de outra faixa.

Perante as ruínas provocadas pela segunda grande guerra mundial, eles exprimiram assim a sua fé nos direitos fundamentais do homem, da justiça, progresso social, a dignidade e o valor da pessoa humana.

Desta feita, a Carta da ONU foi elaborada por representantes de 50 países na conferência que a mesma organização havia realizada em São Francisco, de 25 à 26 de Junho de 1945. Seria assim, assinada pelos representantes de 50 países em 26 de Junho de 1945, e a Polónia, que não esteve presente na dita conferência, só a rubricaria mais tarde. Mesmo com isso, ela constitui o 56º entre os Estados membros originais.

O seu nascimento oficial ocorreria em 24 de Outubro de 1945, aquando da ratificação da sua Carta pela China, os Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e o ex-URSS, e, ainda, pela maioria dos outros Estados signatários. É a partir de lá que foi decidido que o 24 de Outubro passaria a ser celebrado anualmente como Dia das Nações Unidas.

Mas, como não existe organização sem projecto, a Carta da ONU é, de certa maneira, a sua constituição e os seus grandes objectivos são:

- a manutenção da paz e a segurança internacional
- o desenvolvimento das relações de amizade entre as Nações
- promover a cooperação internacional nos domínios económico, social, cultural e



humanitário.

- Criar um centro onde se harmonizem os esforços das Nações em direcção a esses objectivos.

Desde o mês de Janeiro deste ano, a ONU passou a ter 188 Estados membros.

Hoje, ao decidir falar da Paz, Democracia, do Desenvolvimento e dos Direitos Humanos, que implicam os direitos da mãe e da criança, o direito à saúde e o humanitário, tema retido em circunstância pelo sistema da ONU na Guiné-Bissau, quise-mos-nós simplesmente abordar

um ambiente humano e social que possa favorecer uma vida comum desabrochante.

Concluimos dizendo que “não há uma boa guerra, mas uma paz má é as vezes pior do que um combate”.

Um jornal francês referiu que “a paz é o respeito de si próprio e do outro. Mas é preciso também manter no espírito, que a fome e a pobreza fazem obstáculo à qualquer atitude favorável à paz e não incutem nas vítimas o espírito de reconciliação”.

Na Conferência a que estiveram presentes também o

grosso do Corpo diplomático acreditado na Guiné-Bissau, altas chefias militares, representantes residentes do sistema das Nações Unidas no país, a Sociedade Civil e a imprensa nacional e estrangeira, ouviram quatro exposições.

“Paz, Desenvolvimento e Direitos do Homem”

Hernan Jaramillo,
representante da UNICEF,

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1998. E o Tratado sobre os Direitos Humanos mais reconhecido universalmente. 190 países já o ratificaram. A Convenção dá força legal à Declaração dos Direitos da Criança formulada há mais de 30 anos. Esta declaração tem valor ético.

A diferença entre a Declaração e a Convenção sobre os Direitos da Criança, é que esta última constitui um mandato legal e um imperativo moral.

As necessidades das crianças convertem-se em direitos. Isto é, direito à sobrevivência, à protecção, ao desenvolvimento, à participação.

Todo o trabalho da UNICEF ao nível mundial, se marca com a implementação dos direitos das crianças e formulação de metas para a infância desde o começo da década de 90, adoptadas por todos os países, e uma resposta à aplicação dos direitos das crianças, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional.

Implementa também os direitos e as responsabilidades dos governos, famílias, o sector civil e a comunidade internacional.

Um princípio central que ressalta dos direitos das crianças é que o seu cumprimento leva a um desenvolvimento mais equilibrado, e, por conseguinte, à paz que é uma consequência básica do desenvolvimento e da aplicação dos direitos.

A situação da pobreza e guerra sofrida pela Guiné-Bissau não gerou um ambiente propício à aplicação dos direitos. A desactivação dos serviços sociais é um novo resultado da pobreza e da guerra, e criou, para as famílias, à infância e à juventude, um ambiente que torna difícil o cumprimento dos direitos.

A Guiné-Bissau ratificou a Convenção em 1991. Apesar disso, não se ocorreram ainda as reformas legais para a sua aplicação efectiva no país. O Programa Nacional para a Infância preparado em 1992, não foi retomado nos diferentes planos de desenvolvimento formulados desde 1993, gerando assim um vazio relativamente ao seu cumprimento.

As tendências actuais demonstram uma deterioração em todos os indicadores sociais, agravados pelas consequências da guerra, na capacidade de prestar serviços. Além disso, vão sendo perceptíveis, agora, o aumento da criminalidade, da delinquência juvenil, frustrações, greves, que não são elementos nada positivos para a consolidação da paz.

Há a necessidade de uma reforma legal, que garante a aplicabilidade da Convenção e a sua difusão junto de todos os grupos da população. Há a necessidade de se reflectir de novo sobre as metas para a infância, como base de cumprimento dos direitos na Guiné-Bissau:

- oportunidade para a Cimeira de 2001
 - oportunidade para a redefinição de políticas sociais
- Enfim, o cumprimento dos



Inusse Noormahomed
representante
da OMS

direitos das crianças é a base da paz, mas, sem uma consolidação da paz não haverá a consolidação dos direitos.

“Saúde para a paz”

Inusse Noormahomed
representante da OMS

Inusse Noormahomed começou a sua explanação sobre a situação da saúde no mundo, e, na breve definição da OMS para a saúde, referiu: “É o bem-estar físico que pode sentir o homem”.

A este propósito, disse que uma população doente pode desenvolver-se dificilmente e revelou que 145 por 1000 nascimentos, é o número de crianças que morrem no mundo com um ano de idade.

Participando nesta mortandade certas doenças tropicais, sublinhou que em 1999, cerca de dois biliões de USD foram gastos no tratamento de doentes de paludismo.

Nesse mesmo ano, adiantou ele, ministros africanos da saúde provenientes da Gâmbia, Senegal, Guiné-Bissau e da Guiné-Conacri, reuniram-se na capital gambiana, no âmbito do contexto - “Saúde para a paz” - para fazer com a saúde desempenho o seu papel natural.

No capítulo das vacinações que têm sido levados a cabo um pouco por todos os países da África, Inusse Noormahomed espera resultados satis-

fatórios neste Estado, e que, num quadro de perfil cooperativo encorajado pela sua organização, a Guiné-Conacri poderá vacinar crianças de duas aldeias nossas situadas junto da fronteira.

Concernente à luta contra a progressão do vírus VIH - provocador da doença de Sida - esse funcionário da OMS avisou: “Se nós não tomarmos as devidas preventivas contra o VIH, daqui para poucos anos, o país poderá chegar a uma situação muito difícil”. Além disso, fez saber que o paludismo e Sida representam situações extremamente difíceis para o nosso país.

“Desenvolvimento durável por todos e para todos”

Philomène Makolo
Representante
residente do PNUD

Ei-nos, hoje, 24 de Outubro, a assinalar a passagem de mais um ano na história das Nações Unidas, com uma reflexão colectiva em torno do tema - Paz, desenvolvimento e direitos do Homem - tema que constitui a essência da existência da ONU e, por conseguinte, dedicado à sua Carta.

À nós, incumbe-nos a honra de desenvolvermos nesta conferência, o sub-tema: desenvolvimento humano durável por todos e para todos.

Porquê por todos e para todos?

Por todos, na perspectiva de participação e responsabilização de todas as forças vivas da Nação na vida política, económica e social, sem exclusão de qualquer natureza que fôr, condição sine qua non à apropriação nacional do processo de desenvolvimento económico e social nas diferentes etapas. Uma participação que tenha em conta o princípio do partidarismo e partilha das responsabilidades, bem como a descentralização que se manifesta entre outro, pelo poder local, a autonomia e a capacidade de mobilização dos recursos



Philomène Makolo
Representante
residente do PNUD

locais.

Isto engendra as condições favoráveis que facilitam a prevenção dos factores que possam contribuir para a instabilidade e à perturbação da paz, donde, pois, a interrelação entre o desenvolvimento e a paz.

Para todos, na perspectiva de que, aqueles que em etapas foram os actores das transformações e da produção de riqueza possam também beneficiar do resultado das transformações, como um direito fundamental que os assiste. Assim, eles são ao mesmo tempo os agentes activos e beneficiadores das transformações, conduzindo-nos desta feita, para a interrelação entre o desenvolvimento e os direitos do Homem.

O desenvolvimento por todos e para todos é a expressão sintética da necessidade de garantir a igualdade frente às oportunidades do desenvolvimento, através:

- Igualdade de acesso às oportunidades económicas visando um emprego para todos e a autosuficiência alimentar, os quais passam necessariamente por um sector privado desenvolvido;

- Igualdade de acesso aos serviços sociais essenciais, designadamente, educação de base e a alfabetização, a saúde primária, a água potável e saneamento e o habitat.

Estas igualdades pressupõem um ambiente que favoreça as transformações políticas, o reforço das capacidades da sociedade civil, uma base económica sólida, um sistema judiciário transparente, uma administração pública competente e um apoio massi-

vo e oportuno das Nações Unidas através dos seus diferentes organismos e agências.

Concernente ao apoio da ONU, todos os organismos, agências e fundos, trabalham na base de programas específicos, para o desenvolvimento económico, social e cultural dos povos, mantendo a paz e a segurança internacional, garantindo a justiça e a protecção dos direitos humanos, favorecendo o progresso social e a criação das condições de vida num universo de maior liberdade.

É a razão pela qual o quarto decénio da ONU para o desenvolvimento, 1991-2000, privilegia a interrelação entre o relance e o desenvolvimento económico e social, e o melhoramento da condição humana. Neste capítulo, foram retidos quatro domínios prioritários. Ei-los: eliminação da pobreza e da fome; a valorização dos recursos humanos e o desenvolvimento das instituições; a problemática da população e, enfim, o meio ambiente. Em relação à correlação crescimento e o desenvolvimento, foram igualmente retidos quatro prioridades: a dívida externa; o financiamento do desenvolvimento; o comércio internacional e o mercado dos produtos de base.

Tendo estas orientações como um pano de fundo, com os compromissos assumidos em diferentes fóruns internacionais, e as prioridades das Nações Unidas, cada agência mobiliza-se e acorda a sua assistência na óptica de partilha das responsabilidades. À este respeito, nós observamos na Guiné-Bissau que:

- a ONUGBIS, paz, consolidação da democracia;
- a FAO intervem nos domínios da segurança alimentar e nutrição, do reforço das instituições de base e das mulheres rurais;
- o FNUAP, na saúde reprodutiva, género;
- OMS, na saúde primária de base e VIH-Sida;
- UNICEF, na educação de base, cuidados de saúde primária de base e planificação familiar, água potável e saneamento;
- o HCR, na ajuda alimentar e de urgência, apoio às populações refugiadas e deslocadas;
- UNESCO, no ensino de base e alfabetização;
- o PAM, na ajuda alimentar às camadas mais pobres;

“Reconciliação com justiça, sem vingança”

- o PNUD, no emprego e meios de subsistência duráveis, promoção das mulheres, preservação e regeneração do ambiente, governância na perspectiva do reforço de capacidades.

Neste momento, a nossa atenção recai sobre o programa nacional de governação que está a ser elaborado e o documento provisório da estratégia nacional de luta contra a pobreza. Esses documentos que reflectem os elementos essenciais sobre os diferentes quadros nacionais de referência, tais que o mapa da política de desenvolvimento agrícola, o plano nacional do desenvolvimento sanitário, o plano quadro da mulher e o desenvolvimento, e o esquema directivo do sector das águas.

“Paz, democracia e reconciliação”

*Samuel Nana-Sinkam
Representante especial de Kofi Annan na Guiné-Bissau*

O representante do secretário-geral da ONU na Guiné-Bissau, Samuel Nana-Sinkam, iniciou a sua exposição citando o discurso alusivo à data de Kofi Annan. Eis como começou: **“É perigoso deixar por resolver os problemas políticos e sociais”**

- mensagem de Kofi Annan

Caros amigos,

Há sete semanas, os vossos dirigentes, chefes de Estado e de governo de todo o mundo, reuniram-se em Nova Iorque para a Cimeira do Milénio. Reuniram-se para debruçarem sobre os desafios que temos de enfrentar e definiram os seus objectivos numa declaração do milénio.

Comprometeram-se a libertar os seus povos do flagelo da guerra, da pobreza abjecta e desumanizante e da ameaça de viver num planeta poluído, onde



*Samuel Nana-Sinkam
Representante especial de Kofi Annan na Guiné-Bissau*

restam poucos recursos naturais. Prometeram fomentar a democracia e o Estado de direito, proteger as crianças e outros grupos vulneráveis e satisfazer as necessidades especiais de África. E prometeram tornar as Nações Unidas mais eficaz como instrumento para a realização desses fins.

Estas promessas fazem-nos ter esperança, mas nada mudará, se não forem acompanhadas de acções. Pouco depois da Cimeira do Milénio, o novo derramamento de sangue no Médio Oriente recordou-nos como é perigoso deixar por resolver os problemas políticos e sociais.

(...) Os dirigentes nacionais devem tomar decisões difíceis e por vezes impopulares. Devem ter presentes as prioridades definidas na Declaração do Milénio, no momento de distribuir os recursos que vós, os povos, lhes haveis confiado, com vista a ir ao encontro das necessidades e exigências difíceis de satisfazer simultaneamente.

Devem ter presentes as promessas que fizeram uns aos outros. Devem continuar a trabalhar juntos e também com outros parceiros, nos seus países e fora deles: os parlamentos, as autoridades locais, os grupos de

reflexão e as universidades, os grupos voluntários e as empresas privadas.

Em resumo, precisam de mostrar as suas qualidades como dirigentes e precisam do vosso apoio, do apoio dos povos das Nações Unidas.

A Carta foi escrita em vosso nome e os vossos dirigentes falaram por vós, quando emitiram a Declaração do Milénio. Em última análise, só vós podeis conseguir que a Declaração seja algo mais do que um conjunto de belas palavras. Cabe-vos avelar a que os compromissos sejam honrados e, desse modo, fazer com que o novo século seja melhor do que o anterior. (fim da citação).

Na sua breve comunicação, Nana-Sinkam considerou que “nunca é fácil curar as feridas de uma sociedade rompida por conflitos armados. Nós compreendemos e admiramos os esforços incansáveis do senhor Presidente Koumba Yalá e da sociedade civil da Guiné-Bissau, por uma reconciliação séria, com justiça, mas sem vingança, no respeito do Estado de direito.

Os problemas de segurança, em África, continuam a ser vivamente preocupantes. No ocidente e centro do Continente em particular, é de temer que conflitos internos se propaguem e provoquem confrontos armados entre os Estados africanos soberanos. É neste contexto que encorajamos o senhor Presidente da República e todas as forças vivas deste país, incluindo o Exército guineense, como uma instituição estática, garante da integridade do território e da segurança nacional, a contribuir efectivamente para a procura de uma paz duradoura na nossa sub-região. Como o diz um ditado africano, **“quando a casa do vizinho arde, é preciso ajudá-lo a pagar o fogo; senão, amanhã, é possível que o mesmo suceda à vossa própria casa”**.

Apesar de melhoramentos observados no decurso dos 50 últimos anos, em matéria de nutrição, saúde, educação, de esperança de vida e da redução da pobreza material, continuamos ainda longe da meta:

Mais de 1,5 biliões de seres humanos vivem com menos de um dólar por dia; cerca de um bilião de adultos, na maioria deles, mulheres, não sabem ler,



*Koumba Yalá,
Presidente da República*

nem escrever; 830 milhões de pessoas são mal-alimentadas; e 750 milhões não possuem casa correcta, nem cuidados médicos adequados. A desigualdade entre os sexos, o desemprego dos jovens, as vezes diplomados, continuam a entravar o desenvolvimento económico e social e a comprometer o bem-estar dos povos.

A eliminação da pobreza é um dos principais objectivos da ONU e seus organismos, muitos dos quais estão representados na Guiné-Bissau. Este objectivo específico não poderia ocorrer no vazio sem as condições de base fundamentais que são: a paz, a segurança, a estabilidade, o processo democrático, o Estado de direito e a tolerância. Estamos felizes em notar que, com a colaboração estreita com o sistema operacional da ONU sob o leadership do PNUD, esteja o Governo a ultimar um quadro concreto da luta contra a pobreza na Guiné-Bissau. Esta luta não pode ter verdadeira chance de aceleração e sucesso senão graças ao complemento que constitui a assistência dos parceiros económicos da Guiné-Bissau, que deve ser bem utilizado, e cujo nível deve ser mantido ou aumentado (mes-

mo que o aumento da assistência externa não seja uma panaceia).

Senhor Presidente da República, nós partilhámos a sua visão para a Guiné-Bissau. Como você, nós, do sistema das Nações Unidas, acreditamos num futuro melhor para este país e seu povo.

Alguns dirão que é do domínio de sonho. Você estará de acordo connosco para dizer, que, se se tratar de um sonho, o mesmo é muito lindo para pensarmos em despertar. Mas, se se tratar de uma realidade visível no horizonte, você estará também de acordo connosco para dizer que é muito lindo para nos deitarmos a dormir.

Resposta de Koumba Yalá

Estamos em plena semana nacional da ONU na Guiné-Bissau. Deu-se a abertura oficial, foram apresentadas as quatro exposições e foi solicitada a reacção do Presidente Koumba Yalá.

“Somos democratas e defendemos a justiça. Mas, convém saber que foi a falta da justiça que esteve na origem da guerra que o país conheceu em 1998-99. Durante o meu mandato, vou ser muito intransigente com os que agem à solta e injustamente, sem respeitarem as regras democráticas”.

Amplamente sensibilizado pelo conteúdo das quatro exposições apresentadas, o Presidente Yalá, após um curto sobrevoo à pesada noite de mananças que alguma vez cobriu o país, apontou - “Nós apostamos na democracia, mas uma democracia dentro das regras aceites no jogo democrático. O país recebeu muitas ajudas, mas quem é que destruiu a economia da Guiné-Bissau? Onde foram utilizadas todas essas ajudas de países amigos à Guiné-Bissau? Agora, toda a gente espera pela ajuda da Comunidade internacional, mas esta tem também o seu povo para servir.

E não vamos admitir mais nada. Ou vivemos juntos, ou acabamos todos”.

Droga e prostituição juvenil no Leste

“Tenho fumado yamba há mais 20 anos”

- revelou um jovem

□ Bacar Baldé

O consumo de droga e a prática de prostituição juvenil são dois fenómenos sociais que estão a causar enormes preocupações à sociedade guineense. Um pouco por todo o país, estes males estão a aumentar dia-após-dia, e de forma muito dramática.

Na região de Bafatá, infelizmente, nota-se já um grande envolvimento de menores nestas práticas ilícitas.

Consumo e venda de drogas

No que se refere especificamente à questão das drogas, regista-se, agora, naquela Região, locais de muita afluência em termos do consumo e venda, que são a cidade de Bafatá, capital regional, Bambadinca, Contuboe e Ganadú.

Na cidade de Bafatá, a maior parte dos casos na posse das autoridades policiais são provenientes dos bairros de Sintchã Bilale, Bairro-4 e Tondjoro (Califórnia - como é agora chamado pelos jovens ali residentes).

Segundo informações avançadas pela polícia local, grande parte dos implicados são crianças de idades compreendidas entre os 15 e 17 anos. O Comissário regional dos Serviços de Informação de Estado, em Bafatá, Salifó Sori Dafé, disse que mais de 60 por cento dos casos envolvem crianças de 15 à 18 anos. “Esta faixa etária é a mais difícil de controlar, afirmou ele, para acrescentar que, apesar disso, as famílias protegem as suas crianças, mesmo se estiverem já viciadas e malfeitores”.

Onde e como consomem a droga?

Os jovens que consomem a droga frequentam, à noite, casas

abandonadas ou lugares dificilmente acessíveis. É caso, por exemplo, de uma casa desabitada nas zonas de Segueiá, na rua de Porto e uma horta de cajueiros na periferia do bairro Califórnia, a que curiosamente visitei, para provar os dizeres dos populares.

A subida da tensão, nos bairros de Califórnia e Sintchã Bilale, começa geralmente a partir das 16 horas de cada dia. É a partir dessa hora que os noctâmbulos se levantam de cama e juntam-se em pequenos grupos de convívio em torno de **warga**, (chá). Como testemunhou um inquilino, é nesses grupos que os mais novos adquirem vícios, pois, aí, alguns deles, ou fumam o **yamba**, ou fervem-na com o **warga**, antes de seguidamente o beberem.

Como é que as crianças adquiriram o vício? Sem dúvida, através dos mais velhos.

Até porque, na prisão central de Bafatá, encontram-se dois detidos alegadamente implicados no tráfico de droga. Um deles é de Bafatá, o outro veio de Gabú.

O de Gabú revelou-me os males que podem causar o uso da droga:

“Sempre que tomar um pouco da droga, ela insita-me a sair para fazer mal a alguém, a participar forçosamente numa conversa alheia, etc.. Eu tenho estado a fumá-la há mais de 20 anos. Neste momento, desconfio que seja talvez, o fumo de yamba o que estará a criar a doença de tosse de que estou a sofrer agora. Fui marinheiro de um barco grego. E lá, também, fumava com os colegas. Mas, adquiri o vício quando estive numa escola primária em Gâmbia. Agora, sou consumidor activo de yamba. Em Gabú, tenho muitos clientes, principalmente militares novos. Se eu deixar de vender o yamba, agora, podem atacar-me um dia”.

O consumo de droga, na cidade de Bafatá, está a ganhar dimensão. Uma fonte que pediu o anonimato, revelou que no quartel daquela cidade estavam detidos cerca de 10 soldados

Foto arquivo



Vista parcial da cidade de Bafatá

consumidores de yamba, os quais, neste momento, foram mandados para Bissau a espera de uma decisão superior.

Apesar disso, a polícia bafatense não baixou os braços no combate à droga. Agora, com algumas viaturas tidas, ela realiza rusgas nocturnas e consegue deter alguns consumidores em flagrante delito.

“Neste momento temos um caso de droga em Bambadinca. Alí, há um homem que plantou um campo de yamba”, revelou Salifó Dafé.

O Comissário referiu que a grande parte de droga que circula naquela Região provém da zona fronteiriça. “Em meados de Fevereiro último prendemos um tambor de droga que entrou via Safim, o qual estava escondido no meio de bidões. Elaboramos um processo, e, agora, o caso está no tribunal. Só que, infelizmente, soubemos que o criminoso escapou-se da prisão e conseguiu fugir”, explicou Dafé.

O responsável da secção regional de Polícia de Prevenção Pública, Sambel Djau acrescentou que, só no decurso deste ano, deteram sete indivíduos implicados no tráfico de droga, os quais remeteram ao tribunal.

Doravante, o secretário técnico do Ministério Público, Bernardino Gomes, reafirmou a existência de casos de droga, em que estão implicados crianças menores e disse que a delegação desse ministério registou apenas um caso de droga dura - cocaína - numa quantidade calculada em

nove quilos.

Bernardino Gomes refutou as teses da polícia de que os casos em que falou tenham sido remetidos ao tribunal. “Alguma vez, nós recebemos a comunicação da polícia de que encontravam-se detidas algumas pessoas envolvidas no consumo e tráfico de droga, mas não nos enviaram essas pessoas. A nossa prisão é tão segura que ninguém consegue escapar-se daí”, replicou Gomes.

Droga provoca inquietação social

Um dos grandes males da droga é, claro está, os assaltos à mão armada. Casos desta natureza se registaram em Bafatá com os comerciantes Iaia Djara e Adul. Os polícias trocaram tiros com os assaltantes que tinham, inclusivé, granadas.

De acordo com a fonte policial, houve assaltos à mão armada em Djabicunda, Saltinho e Bantandjã. Mas, com a colaboração da polícia de Quebo, o bando foi delatado, em resultado de um esforço em que algumas pessoas foram detidas.

A prostituição, alternativa à sobrevivência na pobreza

Outras formas de prática de prostituição na cidade de Bafatá, confirmadas por alguns inquilinos, é o aluguer de quartos pelas próprias raparigas empenhadas nesta vida. Estas agem de forma discreta, e têm clientes garanti-

dos.

A prostituição juvenil é outro fenómeno ilícito a que as nossas miúdnhas estão optando, sem terem em vista o perigo que acareta para a saúde delas mesmas e para a da sociedade em geral.

A cidade de Bafatá não escapa o fenómeno, até porque essa prática é muito frequente nos apartamentos e hotéis daquele centro urbano.

O pior é que nessa vida estão envolvidas crianças de 14 à 17 anos, na maior parte dos casos, mobilizadas por homens endinheirados.

Fui testemunho ocular de cenas ocorridas num apartamento da rua de Porto:

Ao cair do sol, os caçadores nocturnos do **sexo-jovem** alluem ao apartamento, pedindo quartos por algumas horas. Os cavalheiros ora convidam as meninas, ora são convidados por aquelas.

Uma menina de Bissau, que vive no Bairro Militar e com a qual conversei por bons momentos, disse-me:

- Tu não conheces Bafatá. Além deste apartamento aqui, há também o denominado FAO. Está situado lá mais acima. Se fores para lá, verás ali concentradas muitas miúdnhas. Há também o Montpelier, mas só é frequentado por turistas e pretos que têm muito dinheiro. Eles vêm com seus carros, apanham as miúdnhas que quiserem e vão pernoitar-se com elas lá. É muito caro.

- E o Capé(?) - quis eu saber.

- Mesma coisa. São locais de muito luxo. Se tiveres bolso leve, aconselho-te a não ir para lá. Está bem(!?..).

Em termos de deterioração de saúde ligado à droga, felizmente, ainda não compareceram no hospital regional local casos de infecções respiratórias agudas, excepto um doente que se apresentou em 1999 com bronquite aguda da origem de tabaco.

Seja como for, agentes do Ministério Público afirmam que de 1995 para cá, tem se estado a registar mais casos de droga do que anteriormente.

Organização Mundial de saúde Campanha de vacinação contra poliomielite foi positiva

A primeira fase da campanha de vacinação sincronizada contra a poliomielite, que vinha decorrendo, de 16 a 22 de Outubro findo, em todo o território nacional, foi muito positiva. Considera a representação da OMS, em Bissau, numa nota à imprensa.

Para o efeito, a OMS, em coordenação com o Ministério da Saúde e de outros parceiros que apoiaram não só técnica, financeira, como também no quadro das recomendações do Bloco Epidemiológico da África Ocidental e Central e da iniciativa da saúde para paz, que ofereceu os seguintes resultados:

- das 207.845 crianças de zero à 59 meses de idade, estimadas ao nível nacional, 192.583 foram já vacinadas, o que

corresponde à 93 por cento de taxa de cobertura.

A nota sustentou, igualmente, que, das onze regiões sanitárias, existem outras que não entregaram ainda os seus resultados, a saber, as ilhas de Uno, Formosa, Ilha das Galinhas, Orango Grande, na Região de Bolama-Bijagós, e, cinco outras aldeias situadas entre Bissorã e Gã-mamudo, na região de Oio.

Entretanto, importa dizer que estes dados são estimados. Porquanto é que, como se sabe, desde 1990, não se tem realizado o censo para a actualização do crescimento demográfico na Guiné-Bissau.

Eis o quadro dos resultados da cobertura por regiões sanitárias e o total nacional

Eis o quadro dos resultados da cobertura por regiões sanitárias e o total nacional

Nº	REGIAO	TOTAL CRIANCAS DE 0 A 59 MESES	NºCRIANCAS VACINADAS	%
1	BAFATA	29.767	24.409	89%
2	BIJAGOS	3.823	2.354	62%
3	BIOMBO	10.597	13.581	128%
4	BOLAMA	1.442	849	59%
5	CACHEU	15.145	15.801	104%
6	QUINARA	8.424	3.329	39%
7	GABU	29.730	27.431	92%
8	OIO	30.751	27.607	90%
9	SAO DOMINGOS	13.463	13.050	97%
10	TOMBALI	13.306	11.951	90%
11	SECTOR. AUT. BISSAU	51.398	50.217	98%
-	TOTAL	207.845	192.583	93%

Anúncio

ANÚNCIO DE VAGA

POSTO: Assistente Informático e Telecomunicações

A Representação do Programa Alimentar Mundial (PAM) na Guiné-Bissau, sediada em Bissau, anuncia a existência de uma vaga para o posto supracitado e para o qual pretende recrutar um (a) candidato (a). O candidato (a) será encarregue das seguintes tarefas:

- Inventário dos equipamentos informáticos e de telecomunicações
- Instalação e gestão de redes locais e extensões LAN/WAN
- Gestão e manutenção dos equipamentos e de programas instalados nos diferentes gabinetes da representação.
- Assegurar a instalação e actualização dos sistemas informáticos (aplicações desenvolvidas internamente, programas estandardizados, antivírus etc.)
- Receber, testar e instalar programas equipamentos de telecomunicações.
- Dar apoio no domínio de programação informática e material à nível de todos os gabinetes da representação.
- Assegurar a manutenção de 1º nível do material.
- Produzir um relatório mensal das actividades da sua área
- Enquadramento do pessoal sob a sua responsabilidade
- Assegurar tarefas suplementares que eventualmente lhe possam ser confiadas.

FORMAÇÃO:

- Possuir décimo primeiro (11º) ano de escolaridade + (mais) mínimo 3 (três) anos de formação pós secundária.
- Diplomado (a) em informática e/ou telecomunicações ou formação equivalente

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS:

- Possuir pelo menos três (3) anos no domínio da informática windows NT ou sistema de gestão de rede equivalente.

CONHECIMENTOS DE LÍNGUAS:

- Bom domínio de Inglês e de Francês.

ENTREGA DE CANDIDATURAS:

- As pessoas interessadas podem enviar um "dossier" de candidatura, o mais tardar até 06 de Novembro de 2000 com a seguinte documentação:

- Um pedido manuscrito
- Um curriculum vitae
- Uma cópia de diplomas obtidos

As candidaturas femininas são encorajadas. Queira precisar uma eventual experiência nas ONG's ou no sistema das Nações Unidas.

Solicita-se uma certa capacidade para trabalhar num ambiente multicultural.

Anúncio

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SANITÁRIO CÉLULA DE GESTÃO DO PNDS

Avis d'Appel d'Offres

Le Ministère de la Santé de la Guinée-Bissau a obtenu un Crédit de l'Association Internationale pour le Développement (IDA) en différentes monnaies, pour financer le coût du Plan National pour le Développement Sanitaire (PNDS). Il est prévu qu'une partie des sommes accordées au titre de ce crédit sera utilisée pour effectuer les paiements prévus au titre du présent marché.

Le Ministère de la Santé invite, par le présent Appel d'Offres, les soumissionnaires admis à concourir à présenter leurs offres sous pli fermé, pour la fourniture de dix (10) voitures destinées aux régions de Bafatá, Gabú, Cacheu, Direction Central du Ministère et à Ecole Nationale de Santé (ENS), soit:

- LOT I Six (6) Véhicules Double Cabinne Tous Terrains 4x4 Tropicalisés
- LOT II Trois (3) Ambulances Tropicalisés (Tous Terrains- 4x4) pour le transport des malades
- LOT III Un (1) Véhicule 15 places (minimum) pour le transport du Personnel Tropicalisé

Les soumissionnaires intéressés à concourir peuvent obtenir des informations supplémentaires et examiner les Dossiers d'Appel d'Offres dans les bureaux de:

Cellule de Gestion du PNDS,
Ministère de la Santé
Rue Unidade Africana, n° 26
Bissau, GUINÉE-BISSAU
Fax: 245 20 11 88
Telephone: 245 21 24 24

Tout candidat admis à concourir, intéressé par le présent avis, pourra acheter et se faire adresser par courrier rapide un jeu complet de documents d'appel d'offres, sur demande écrite au service mentionné ci-dessus et moyennant paiement d'un montant non remboursable de US\$ 90,00 (Quatre vingt dix Dollars des États Unis), au compte bancaire n° 9310/03.0306, à la Banque Totta & Açores- Bissau. Un reçu leur sera délivré et fera partie des documents demandés dans l'offre.

Les clauses des Instructions aux soumissionnaires et celles du Cahier des Clauses générales sont les clauses du Dossier Type d'Appel d'Offres; Passation des Marchés de Fournitures, janvier 1995, publié par la Banque mondiale.

Toutes les offres doivent être déposées à l'adresse indiquée ci-dessus au plus tard le 15 janvier 2001 à 11,00h et être accompagnées d'une garantie d'offre d'un montant au moins égal à 5% du montant d'offre.

Les plis seront ouverts en présence des représentants des soumissionnaires qui souhaitent être présent à l'ouverture, le 15 janvier 2001 à 12,30, à la salle de réunion du Ministère de la Santé Rue Unidade Africana, N° 26 - Bissau

Côte-d'Ivoire

A sanha de povo vence a ditadura

Falhou a tentativa de instauração da ditadura militar na Côte-d'Ivoire. O General Gueï, o qual por querer afirmar-se como presidente da república ivoirense pisou sobre tudo e todos, não pôde enfrentar a irresistível sanha do seu povo pelo retorno à democracia. Assim, para salvar a sua pele, ele teve que sumir da capital ivoirense acompanhado da família.

Neste momento, a república do Benin é descrito como a terra africana para onde fugiu, enquanto o presidente togolés, Gnassingbé Eyadema, também militar, manifestou a intenção de oferecer-lhe asilo político.

Mas, a tensão prevalece na Côte-d'Ivoire

Apesar da fuga do general Gueï e a grande proeza popular protagonizada pela juventude ivoirense, a situação actual em Abidjan e nas principais cidades do país é uma guerra sangrenta. Na quinta-feira, 26 de Outubro, partidários de Alassan Ouattara e de Laurent Gbagbo, envolveram-se em confrontos directos pelas ruas de Abidjan em resultado dos quais cerca de quatro dezenas de pessoas encontraram a morte.

Alguns polícias e gendarmes partidários da Frente Popular Ivoirense, FPI, formação política liderada por Laurent Gbagbo, e, apoiando manifestantes deste, dispararam contra os pró-RDR, partido de Ouattara e contra a residência deste líder. O que o levou a refugiar-se numa embaixada vizinha.

Na sexta-feira, 27 de Outubro, Laurent Gbagbo, que se declarou em novo presidente eleito da Côte-d'Ivoire, tinha na mira a divulgação dos nomes dos ministros que irão fazer parte do novo governo, assim como um encontro com Alassan Ouattara. Antes do mesmo, Ouattara anunciou a imprensa que não aceitará o cargo de primeiro-ministro, caso isso lhe fosse proposto, e que está a favor de realização de novas eleições.

Mesmo assim, Laurent Gbagbo, que prometeu formar um **governo de abertura política**, foi investido como novo presidente ivoirense numa cerimónia que decorreu na quinta-feira, com a participação de todos os embaixadores acreditados naquele país menos o dos Estados Unidos da América.

O mundo divide-se na questão de validação ou realização de nova eleição

Ao nível do Continente, a Organização da Unidade Africana,

OUA, o presidente sul-africano, Tabo Mbeki, o seu homólogo de Gabão, Omar Bongo e tantos outros, estão a favor da realização de nova eleição presidencial em que possam concorrer todos os candidatos que haviam sido excluídos pelo General Gueï. Em França, porém, a questão suscitou duas opiniões: uma a favor do **statu quo**, isto é, que valida a eleição de Laurent Gbagbo e reclama simplesmente o restabelecimento da democracia e a organização de eleição legislativa, e a outra que preconiza a realização de nova eleição.

No fundo do ocidente, nos Estados Unidos, a opinião é unânime tanto por parte destes como no do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan: a Côte-d'Ivoire deve organizar um novo challenger presidencialista, com a participação de todos os ivoirenses que ao mesmo concorrerem. Annan recorda que ele havia explorado a organização da eleição presidencial e o afastamento do candidato do RDR e do PDCI. Washington, por sua vez, deseja ver organizada nova eleição presidencial mais aberta do que a primeira. A ausência do embaixador dos Estados da América na cerimónia de investidura de Gbagbo, na quinta-feira última, tem muito a ver com este posicionamento.

Uma crónica sobre essa cerimónia

"Todo o corpo diplomático esteve presente na quinta-feira, na cerimónia em que o novo presidente Laurent Gbagbo prestou juramento menos um embaixador. É o dos Estados Unidos da América, que preconizam a realização de uma nova eleição presidencial.

No fim de um dia de confrontos sangrentos entre partidários de Gbagbo e de Alassan Ouattara, Laurent Gbagbo repetiu que não vai aceder à esta reivindicação que preconiza a realização de uma nova eleição presidencial. Ao mesmo tempo, ele estende as mãos aos seus adversários, o RDR com o qual tem marcado um encontro nocturno e o PDCI. Ele tem na manga a formação de um governo de abertura e sem tardar. Um primeiro conselho de min-

istros estava previsto para as quinze horas de hoje, quinta-feira, 26 de Outubro. Laurent Gbagbo não quer ver o vazio instalar-se por muito tempo à testa do Estado ivoirense. O tempo pressiona para o novo poder ivoirense, é preciso apagar o incêndio intercomunitário. É por que o retorno a vida civil na Côte-d'Ivoire não é verdadeiramente perceptível, pois se coincide com o deslocamento de forças militares por todo o território em estado de urgência e de recolher obrigatório". (In RFI)

O ex-presidente ivoirense deposto pelo general Gueï em Dezembro último, Henri Konan Bédié, reagiu aos eventos em curso no seu país, pedindo à Gbagbo para que lhe deixe regressar. Ele felicitou vivamente o povo ivoirense pela sua resistência face ao ditador e quer ver realizada uma nova eleição presidencial.

Em todo o período da manhã de ontem não foi registado nova onda de confrontos e todo o país aguardava pelo decreto presidencial da nomeação do novo primeiro-ministro, após o previsto encontro entre Laurent Gbagbo e Alassan Ouattara.

Comunicado do chefe de Estado-maior do exército

"O governo empenha-se a garantir uma protecção igual para todos os habitantes do país. Todo o pessoal das forças armadas e do gendarmie deve voltar para as suas unidades, na manhã de segunda-feira, 30 de Outubro, às sete horas e meia para um controlo dos efectivos. Os militares e gendarmes que detêm armas de guerra ou veículos de serviço fora de serviço comandado, devem restituí-los. Entranto, nenhuma caça às bruxas deverá ter lugar e não será tolerado nenhum ajuste de contas no seio de das unidades militares".

Na memória dos ivoirenses permanece a descoberta, na sexta-feira, 27 de Outubro, de uma vala comum contendo 57 corpos de pessoas mortas com um tiro, segundo confirmações do ministro ivoirense do interior, Emil Bougoudou. O partido RDR de Alassan Ouattara reclamou a criação de uma comissão internacional de inquérito, visando apu-

rar os executores e comanditários da matança.

No seio da classe política ivoirense, já existem algumas respostas que apontam o dedo contra o novo poder. Mas, prudência, não é preciso avançarmos muito depressa. Um inquérito independente internacional para apurar toda a veracidade sobre o caso, disse o ministro ivoirense da defesa, Moïse Kouassi Lida.

"Fomos surpreendidos pelos líderes políticos ivoirense que foram apenas informados da existência dessa vala comum, e sem procurarem a mínima prova, eles vêm apontar o dedo contra nós para fazerem perceber que o massacre ignóbil seria perpetrado por elementos etnicamente próximos de nós. Isto é grave. Seja como for, a justiça ivoirense fará o seu trabalho.

No que nos diz respeito, nós desejamos que a verdade se manifeste, que uma comissão de inquérito seja criada para procurar os culpados e determinar as responsabilidades seja ao nível nacional, para que reine mais clareza, mais confiança e mais transparência. Desejamos que uma comissão internacional intervenha também para realizar suas próprias investigações".

Hospital de fortuna à frente da casa de Ouattara

Um centro médico circunstancial começou a funcionar a frente do domicílio do líder do RDR, Alassan Ouattara, no bairro de Cocodi, de onde cerca de uma centena de pessoas puderam já sair curadas.

Uma crónica da RFI, abordou o caso, referindo que o centro foi montado a alguns metros da residência de Ouattara, no bairro residencial de Cocodi. Nele trabalham todos os dias uma dezena de médicos e de enfermeiros, para atender cerca de trezentas pessoas feridas que as respectivas famílias ou amigos transportaram para ali.

As vítimas são todas os simpatizantes do RDR, partido de Alassan Ouattara e originárias do norte, contam agora, as atrocidades a que foram alvo. Elas teriam sido, nessa quinta-feira quente, 26 de Outubro, batidas, enforcadas pelos gendarmes, polícias ou por

militantes da Frente Popular Ivoirense, de Laurent Gbagbo, agora no poder. Algumas delas foram feridas por tiros, catanas ou machadadas. Muitas delas tiveram que passar dois dias escondidas, com o medo de irem para o hospital.

Segundo um enfermeira, as pessoas feridas tinham medo de irem ao hospital, e dizem que foram massacradas pelos militares, daí a razão de estarem aqui agora em grande número. Elas defendem que, além dos militantes da FPI, os militares descarregaram-se também sobre elas.

Laurent Gbagbo já formou o Governo

É com um Governo de 23 pastas, dezassete das quais pertencentes à FPI, quatro ao PDCI, duas ao PIT é que o presidente Laurent Gbagbo, ostentando o slogan - Governo de abertura - vai tentar fazer retornar a paz na Côte-d'Ivoire. O RDR de Alassan Ouattara recusou-se a integrar esse governo.

As últimas reacções

Com a instalação do novo presidente e governo ivoirense, muitas reacções começaram a ser ouvidas um pouco por toda a parte. É o caso de Gnassingbe Eyadema, presidente em exercício da OUA, que declarou a partir de Paris que, se o povo ivoirense achar conveniente as novas autoridades, não há mal contra isso. O que contradiz a sua primeira opinião que defendia a realização de uma nova eleição presidencial. O presidente Omar Bongo, de Gabão, que defendia também essa tese, olvidou-a felicitando agora o novo regime. A comissão da União Europeia, que é chefiada pela França, passou a defender a mesma posição de Jacques Chirac, que aprova as novas autoridades ivoirenses. As posições que permanecem imutáveis, são a do secretário-geral da ONU, Kofi Annan e a dos Estados Unidos da América, que estão pela realização de uma nova challenge presidencial, com a participação de todos os ivoirenses que ao mesmo se concorrerem.

Enfamará Cassamá

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamará Cassamá

ANO XXIII - N.º 1632

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

II fórum entre Primeiro-Ministro e os média

Esta terça-feira, 7 de Novembro, o Chefe do Governo vai receber, em segundo encontro, representantes dos principais média públicos e privados do país. Em análise, desde já, estará o ponto sobre as actividades do Governo e a situação nos diferentes órgãos. E o que dizer da actual tensão política, provocada pela guerra verbal entre Fadul, Caetano e Koumba?

Desrespeito do acordo Governo-Sinaprof

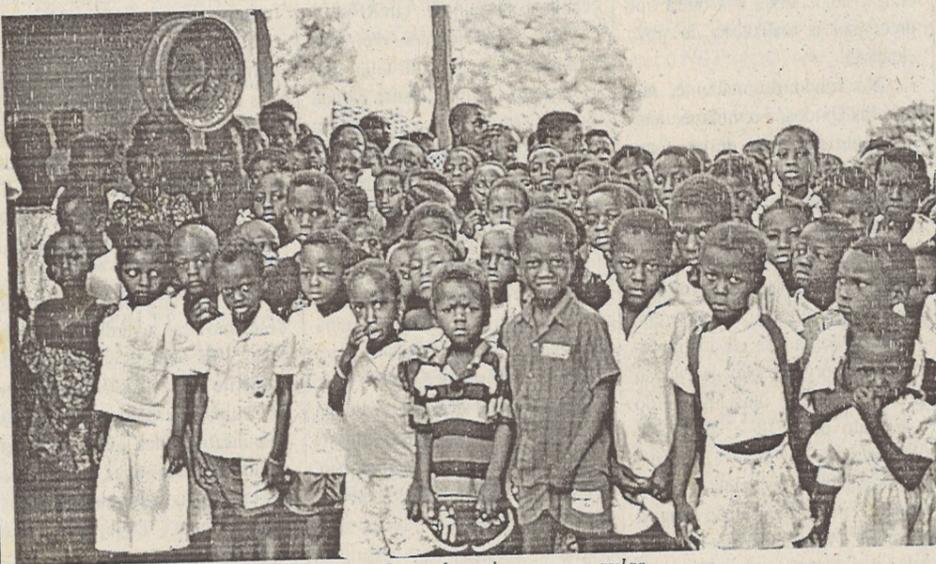
Poderá inviabilizar o curso das aulas

A abertura solene do ano lectivo 2000-2001 só será possível, se o Governo cumprir as cláusulas de acordo que assinou com o Sinaprof em 14 de Setembro último. Esta advertência foi feita recentemente pelo novo líder do sindicato dos professores.

Em entrevista exclusiva à Agência Noticiosa da Guiné, Ang, Vença Mendes, sublinhou que o Governo deveria preocupar-se primeiramente em liquidar todos os atrasados, incluindo os subsídios acumulados, as gratificações, as mudanças de letras assim como a efectivação dos docentes de novos ingressos. "Esta é a condições indispensável ao arranque das aulas", destacou ele.

Segundo Vença Mendes, "o incumprimento destas exigências por parte do Governo, como tem acontecido até aqui, poderá continuar a inviabilizar seriamente o início das aulas".

O recém-eleito presidente do Sinaprof afirmou que as



Olhar alegre das crianças sem aulas

prioridades da sua acção, irão incidir sobre a reorganização das estruturas

nacionais da organização, em estrito cumprimento do seu programa eleitoral, assim

como no relance da política de parceria com outros sindicatos nacionais para fazer face ao

Governo.

A incrementação da política laboral, cuja primazia se assenta no diálogo permanente com o Governo e no fortalecimento das relações com os sindicatos congéneres, no quadro sub-regional e da CPLP, são outras prioridades que se fixou.

Abordado sobre o que o Sinaprof irá fazer no sentido de melhorar a qualidade do ensino na Guiné-Bissau, Vença Mendes explicou que o sindicato que lidera, pretende, em parceria com o Governo, fazer a revisão do currículo escolar, melhorar o sistema de avaliação e fazer funcionar os serviços de inspecção do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia, conclui a Ang.

O Instituto da Mulher e Criança, criado há 7 meses, não dispõe ainda de uma instalação física para o desempenho das suas actividades, a saber, as acções sobre a aplicação da Convenção das Nações Unidas para os direitos da criança no país.

A sua presidente, Luzéria dos Santos, explicou à Agência Noticiosa da Guiné, ANG, que o IMC foi criado depois do conflito armado para substituir o extinto Ministério dos

Assuntos Sociais e Promoção Feminina, do qual, segundo disse, nada restou digno de herança.

"Todos os mobiliários e equipamentos informáticos que se encontravam na instalação da ex-promoção feminina, sita na Marinha nacional de guerra, foram saqueados durante a má tempestade belicosa de 7 de Junho de 1998. Actualmente, funciona como gabinete do Chefe de Estado Maior de Marinha e temos que reiniciar tudo do ponto zero", lamentou.

Instituto da Mulher e Criança

A espera de o que der e vier

Luzéria dos Santos já elaborou o seu projecto e plano de acção para a participação da Guiné-Bissau na próxima cimeira mundial da infância a realizar em Setembro de 2001, em Nova Iorque, nos Estados Unidos de América.

A partir de Novembro próximo, o IMC irá levar a cabo uma campanha de sensibilização dos pais e encarregados de educação, quanto a importância do registo de nascimento das crianças, sendo Biombo a Região escolhida para o lançamento do

projecto piloto.

"Vamos fazer esse trabalho em colaboração com o Ministério da Justiça, que é o órgão competente para tal. Os resultados da campanha irão permitir o maior engajamento dos pais e encarregado de educação, no registo dos seus filhos e passaremos a saber o número exacto de crianças que nascem anualmente no país", pensou.

Segundo Luzéria dos Santos, o IMC levou a cabo no passado mês de Junho, várias

actividades culturais, desportivas e recreativas, no quadro da quinzena da criança.

O Instituto da Mulher e Criança está a deparar neste momento, muitas dificuldades de ordem financeira. Mesmo assim, a vontade de trabalhar, não falta aos seus responsáveis. "A Convenção sobre os direitos das Crianças não deve ser só ratificada pelo Governo, mas deve igualmente velar pela sua aplicação e difusão junto das populações", segredou ela à ANG.